

**X Simpósio da Sociedade Latinoamericana e Caribenha de História Ambiental, Quito, Equador, 2020**

***Lutas ambientais no Brasil: o caso do Polo Petroquímico de Triunfo (1980-1982)***

Elenita Malta Pereira (UNICENTRO) e Claudia Ribeiro (UFRGS)

Na transição entre as décadas de 1970 e 1980, época marcada pelo ressurgimento de movimentos coletivos no Brasil, as populações de várias cidades sulinas situadas às margens do complexo lagunar Guaíba-Lagoa dos Patos encontraram caminhos para manifestar e fazer valer a sua preocupação a respeito do potencial poluidor de um grande complexo industrial, em ações verificadas desde os seus primeiros anúncios públicos. Este é o mote de pesquisa interdisciplinar mais abrangente, focada em compreender o conflito ambiental oriundo da instalação do Polo Petroquímico do Sul, em Triunfo, no Rio Grande do Sul (RS), entre 1975-1982, a partir de entrevistas, consulta de arquivos públicos e privados e trabalho de campo. No âmbito do II Plano Nacional de Desenvolvimento, vigente durante a ditadura civil-militar (1964-1985), delineiam-se as grandes linhas do entrelaçamento público que o empreendimento causou, buscando compreender como aconteceu o debate e embate de ideias na condução desse projeto. Nessa comunicação específica, enfocamos a constituição dos movimentos sociais atuantes nesse embate: a Comissão de Luta Contra o Polo Petroquímico (CLCP) e o “Em Nome do Amor à Natureza”, ambos constituídos por jovens estudantes e profissionais para lutar em oposição à ameaça de poluição das águas trazida pelo projeto desse complexo industrial. A CLCP foi criada em 1981 e a maioria de seus integrantes era vinculada ao curso de Biologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Como seu desdobramento surge posteriormente o movimento “Em Nome do Amor da Natureza”, muito atuante na luta ambientalista no Rio Grande do Sul entre 1982 e 1987. Esses grupos se preocupavam, principalmente, com o destino final que era previsto para os efluentes líquidos do Polo: os governantes estaduais planejavam inicialmente despejá-los nas águas do Oceano Atlântico; sofrendo críticas, manobram para que o destino final fosse o lago Guaíba ou a Lagoa dos Patos. Quando esse último destino foi anunciado, em 1980, os representantes políticos dos municípios banhados pela Lagoa se manifestaram contrários à decisão, aliando-se aos movimentos sociais. A partir disso, tem início uma série de protestos, passeatas, shows de música e, fato inédito, acampamentos ecológicos em cidades banhadas pela Lagoa dos Patos, entre 1981 e 1982. Era o contexto de abertura democrática e final da ditadura civil-militar, que significou a aproximação entre ambientalistas que começavam a despertar para a problemática social e socialistas preocupados com aspectos ecológicos, egressos do movimento estudantil. Destaca-se nesse quadro o livreto produzido pela CLCP, intitulado “Polo e Poluição”: contendo treze textos com uma série de argumentos contra o Polo e ilustrado com imagens de eventos realizados pelo grupo, charges e imagens para chamar a atenção do problema. A partir da análise desse material empírico, defendemos que essa mobilização inaugura um tipo diferente de ambientalismo: atuante por meio de manifestações públicas diferenciadas, nas quais expressa preocupação com o ambiente e a saúde humana, contudo também constituindo o espaço social e político para a crítica ao regime militar vigente desde 1964.